



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

SÍNTESE INFORMATIVA DO EDITAL

Órgão Gerenciador	Prefeitura Municipal de Cataguases – UASG 984305
Processo Licitatório nº	057/2026
Pregão Eletrônico nº	024/2026 - Compra 90024
Critério de julgamento	Menor preço por item
Data e horário de abertura para lances:	28/05/2026. Início: 09h (nove horas) Local: www.comprasgovernamentais.gov.br
Local:	www.comprasgovernamentais.gov.br
Objeto do certame	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para confecção de carnês de IPTU, para atender as demandas do Departamento de Arrecadação da Prefeitura Municipal de Cataguases-MG.
Valor global estimado	R\$ 47.314,40
Informações gerais	Na internet, no site www.cataguases.mg.gov.br e e-mail: pregaocataguases@gmail.com , telefones (32) 3429 2500 - Ramais 149 ou 150
Referência de tempo	Horário de Brasília
Fundamentação Legal	14.133 de 01 de abril de 2021

- **A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR EM SUA PROPOSTA, OBRIGATORIAMENTE, ENDEREÇO DE E-MAIL VÁLIDO.**
- Alguns itens podem apresentar alguma divergência entre a descrição do sistema Comprasnet e o termo de referência, **sendo a aceita o item ofertado de acordo com o TERMO DE REFERENCIA e a PROPOSTA COMERCIAL – ANEXO II.**



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

Processo nº: 057/2026

Data de Abertura para lances: 28/05/2026

Horário: 09 (nove) horas

Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

O **MUNICÍPIO DE CATAGUASES**, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES**, com endereço a Praça Santa Rita, 462 – Centro – Cataguases (MG), por intermédio de seu agente de contratação denominado Pregoeiro o Sr. Neimar Garcia de Oliveira, Pregoeira Substituta a Sra. Janete Aparecida Garcia e Equipe de Apoio, designados pela portaria nº 625/2023, torna público aos interessados a abertura do **Processo Licitatório nº 057/2026**, na modalidade **Pregão na forma ELETRÔNICA nº 024/2026**, tipo menor preço por item, com objeto de contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para confecção de carnês de IPTU, para atender as demandas do Departamento de Arrecadação da Prefeitura Municipal de Cataguases-MG, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Municipal nº 4.946 de 2023, Decreto Municipal nº 5.805 de 2023, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste presente Edital.

1. DO OBJETO DO PREGÃO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para confecção de carnês de IPTU, para atender as demandas do Departamento de Arrecadação da Prefeitura Municipal de Cataguases-MG**, conforme especificado no Termo de Referência e demais anexos, que fazem parte deste Edital independentemente de transcrição.

1.2. A licitação será por item, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, quando houver mais de um.

1.3. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. A descrição complementar dos itens constantes da Relação de Itens encontra-se no anexo I do Termo de Referência e anexo II modelo de proposta.

1.5. Aplicar-se-á ao presente procedimento os Princípios legalidade, impessoalidade, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, publicidade, eficiência, oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, sempre objetivando o melhor resultado possível para a Administração Pública de Cataguases.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Cataguases – UASG 984305

2.2 Os recursos do Órgão Gerenciador para cobrir as despesas decorrentes da aquisição objeto desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária a ser definida por cada secretaria responsável:

Secretaria de Fazenda - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Fazenda - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - ficha 181 - Recurso 1.500

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.6. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Cataguases, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.7 Para todos os itens a participação é exclusiva a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou equiparadas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.7.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.8 Não poderão participar desta licitação os seguintes interessados:

3.8.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.8.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

3.8.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9 O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12 O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.14 A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.15 O objeto social e/ou cnae deve ser compatível com o objeto do certame.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

[nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.5.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6 A falsidade da declaração de que trata o item 4.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DA DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor total do item;

5.1.2 Marca;

5.1.3 Descrição do objeto, contendo as informações, que podem ser similares ou de qualidade superior às especificações/informações do Termo de Referência, **ANEXO I deste edital**.

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante, para todos os efeitos legais.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

5.9.1.1 Na licitação por lote, o preço da proposta de preços vencedora de cada um dos itens que o compõem não pode ultrapassar o preço de referência unitário, salvo quando, justificadamente, o sobrepreço for irrelevante e o item em seu preço global for vantajoso para a Administração.

5.10 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR DO ITEM**.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

- 6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **“aberto e fechado”**.
- 6.12. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21 Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.22 Caso um fornecedor integre contrato utilizado para a formação do preço estimado ou tenha apresentado orçamento para tanto, a sua contratação somente será permitida se o valor ofertado na consulta eletrônica for igual ou menor aquele que compõe o preço de referência, salvo justificativa constante nos autos.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE-MG;
- d) Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais (CAGEF), gerenciado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG; só induzirá ao impedimento de licitar e de contratar com o Município de Cataguases caso a referida penalidade seja a declaração de inidoneidade.
- e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

f) Cadastro Municipal de Empresas Inidôneas e Suspensas

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.6 deste edital.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 conter vícios insanáveis;

7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

7.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

7.9.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.9.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4 Será exigida, a critério da secretaria responsável, garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, **a proposta do licitante será recusada.**

7.16 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8 DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser anexados na plataforma do Compras Governamentais quando for solicitado pelo pregoeiro, e deverão ser apresentados em original quando for solicitado.

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

8.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1 Nível I – Credenciamento:

8.9.1.1 Inscrição CNPJ

8.9.1.2 CPF do(s) dirigente (es), sócio(s);

8.9.2 Nível II – Habilitação Jurídica:

8.9.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores.

8.9.3 Nível III - Regularidade Fiscal Federal e trabalhista:

8.9.3.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Federal (Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional-Dívida Ativa) e INSS.

8.9.3.2 Prova de Regularidade relativa a Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

8.9.3.3 Prova de Regularidade Trabalhista (CNDT).

8.9.4 Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual e Municipal:

8.9.4.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

8.9.4.2 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal.

8.9.5 Nível V - Da Qualificação Técnica

8.9.5.1.1.1 Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução satisfatória de serviços gráficos com processamento de dados variáveis, compatíveis em características, complexidade e volume com o objeto da presente contratação.

8.9.5.1.1.1.1 Para fins de compatibilidade, considera-se pertinente a comprovação de execução de serviços que envolvam a produção de documentos personalizados com dados variáveis em quantidade igual ou superior a 20.000 (vinte mil) unidades, admitida a soma de atestados para atingimento desse quantitativo, desde que comprovada a execução de forma satisfatória.

8.9.5.1.1.1.2 Os atestados apresentados deverão conter, no mínimo:

I. identificação da entidade emissora;

II. descrição do objeto executado, com indicação de que envolveu processamento de dados variáveis;

III. quantitativo executado;

IV. período de execução;

V. declaração de que os serviços foram prestados de forma satisfatória.

8.9.5.1.1.1.3 A Administração poderá realizar diligências para verificar a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados, podendo solicitar documentos complementares ou esclarecimentos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.9.6 Qualificação Econômica-Financeira:

8.9.6.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

8.9.6.2 Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (demonstrações contábeis) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (2025 e 2024), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser apresentado da Matriz.

8.9.6.2.1 Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e Demonstração do Resultado do Exercício que apresentem valores dos 2 (dois) últimos exercício, conforme art. 176, § 1º da Lei 6.404/76 e inciso I do art. 69 da Lei 14.133/2021 e assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

8.9.6.2.2. Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

8.9.6.2.3 Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício.

8.9.6.2.4 Quando a empresa for Microempreendedor Individual (MEI)

8.9.6.2.4.1 O Microempreendedor Individual com base no art. 68 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 é considerado **pequeno empresário**, pelo qual **faz jus a dispensa de apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis** em observância ao §2º do art. 1.179, do Código Civil.

8.9.6.2.4.2 **O Microempreendedor Individual é obrigado a comprovar através do Comprovante de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) e a Declaração Anual do Simples Nacional DASN SIMEI dos últimos dois anos, sob pena de desclassificação.**

8.9.6.2.3 Quando se tratar de MEI inscrito há menos de dois anos, os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício.

8.9.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.9.8 Documentação Complementar:

8.9.8.1 Serão exigidas, ademais, dos licitantes as declarações dos arts 62 e ss da NLLC **conforme modelo anexo IV**

8.9.8.2 (Para as empresas que se enquadram como ME/EPP/Equiparadas) MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA, AGRICULTOR FAMILIAR OU SOCIEDADE COOPERATIVA. (conforme modelo anexo V)

8.10 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).



Prefeitura de Cataguases Secretaria de Fazenda

8.11 A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (DUAS HORAS), prazo a ser definido pelo agente de contratação, prorrogável por igual período desde que solicitado pelo licitante dentro do prazo determinado e concedido pelo Agente de Contratação.

8.13 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.14 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.15 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.16 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.17 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.17.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.17.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.18 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.19 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.20 Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor será considerado a vigência de 90 (noventa) dias a partir da emissão do documento, exceto atestados de capacidade técnica, se exigidos;

8.21 Os documentos não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo.

8.22 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo determinado.

8.23 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.24 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.25 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.26 Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro poderá fixar às licitantes, respeitando a ordem de classificação, o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de documentos exigidos, corrigido das causas de sua desclassificação.



9. DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.1.1 O licitante poderá, ao final da sessão e no prazo de até 10 (dez) minutos, recorrer das decisões tomadas durante a sessão da licitação;

9.3.1.2 o agente de contratação examinará a aceitabilidade do recurso na sessão, podendo:

a) recusá-lo, se:

1. Relativo a decisões e atos anteriores à sessão;

2. Ausentes os requisitos de admissibilidade do recurso, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

b) Rever a decisão questionada, praticando os atos necessários;

c) Receber o recurso, encaminhando-o para decisão após o fim do prazo para apresentação das razões e contrarrazões recursais.

9.3.2 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.3 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.cataguases.mg.gov.br.

10 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 O objeto da licitação será adjudicado/homologado ao licitante declarado vencedor, pela Autoridade Competente.

11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Conforme termo de referência;

12. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

12.2 Poderá ser substituído a marca/modelo do produto, quando for o caso, objeto do contrato, a requerimento do Contratado, desde que fique comprovada a impossibilidade ou dificuldade momentânea ou definitiva de obtenção do produto anteriormente contratado, nas condições pactuadas, seja ofertado novo produto com características equivalentes



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ou superiores às do anterior, e qualquer acréscimo financeiro seja de responsabilidade do contratado conforme legislação vigente.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

13.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico.

14. DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento decorrente da concretização desta licitação será efetuado pelo Setor Financeiro da Prefeitura Municipal de Cataguases, por processo legal, **no prazo de 30 (trinta) dias** após a apresentação da Nota Fiscal, desde que atendidas as exigências do Edital.

14.2 A Nota Fiscal/Fatura terá que ser emitida, obrigatoriamente, com o número de inscrição no CNPJ apresentado para a Habilitação, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz, salvo se, no caso de tributos e contribuições das filiais, quando, a empresa estiver autorizada a centralizá-los em sua Matriz ou Sede;

14.3 Os documentos comprovando tal centralização deverão ser fornecidos pelos órgãos competentes, constando da documentação apresentada na Habilitação.

14.4 A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado será prevista e indicada na autorização de fornecimento ou nota de empenho emitida pela área competente da Prefeitura Municipal de Cataguases, sendo:

Secretaria de Fazenda - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Fazenda - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - ficha 181 - Recurso 1.500

14.5 Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à empresa adjudicatária carta de correção quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada no prazo de 2 (dois) dias úteis.

14.6 Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

14.7 O valor estimado para contratação é de R\$ 47.314,40 (quarenta e sete mil, trezentos e quatorze reais e quarenta centavos), de acordo com o mapa analítico anexo.

14.8 No preço proposto já deverão estar incluídos todos os custos necessários para o cumprimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

14.9 A empresa deverá observar e cumprir o Decreto 5.811/2023 para as emissões da NF em relação às retenções do IR.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, conforme disposto nos arts. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

15.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1 advertência;

15.2.2 multa;

15.2.3 impedimento de licitar e contratar;

15.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que **aplicou a penalidade**.

15.2.5 na aplicação das sanções serão considerados:

15.2.6 a natureza e a gravidade da infração cometida;

15.2.7 as peculiaridades do caso concreto;

15.2.8 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

15.2.9 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.2.10 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.3 A sanção prevista no item 17.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.3.1 dar causa à inexecução parcial do contrato; 10% do valor da parcela inadimplida;

15.3.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; 15% do valor do contrato;

15.3.3 dar causa à inexecução total do contrato; 20% do valor do contrato;

15.3.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame; 5% do valor do contrato;

15.3.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; 10% do valor do contrato;

15.3.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; 5% do valor do contrato;

15.3.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; 10% do valor do contrato;

15.3.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; 30% do valor do contrato;

15.3.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; 30% do valor do contrato;

15.3.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; **30% do valor do contrato;**

15.3.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; **30% do valor do contrato;**

15.3.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. 30% do valor do contrato;

15.4 A sanção prevista no item 17.3.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos 15.3.1, 15.3.2, 15.3.3, 15.3.4, 15.3.5 e 15.3.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.4.1 A sanção prevista no item 15.3.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos 15.3.8, 15.3.9, 15.3.10, 15.3.11 e 15.3.12 do caput do art. 155 da lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.4.2 A sanção estabelecida no item 17.3.4 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

15.4.2.1 quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência da autoridade competente. 17.4.2.2 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

15.4.2.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.4.2.4 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município.

15.5 As infrações e sanções deverão ser apuradas por uma comissão processante nomeada para as atribuições.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, sendo o último dia para recebimento da impugnação o dia 25 de maio de 2026.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

16.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico www.cataguases.mg.gov.br, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por meio de endereço eletrônico: pregaocataguases@gmail.com

16.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.7 Considerando princípios como a razoabilidade, a eficiência e a busca pela proposta mais vantajosa, será admitida **tolerância de até 05 (cinco) minutos** após o término do prazo inicialmente estabelecido pelo agente de contratação ou pregoeiro para o envio da documentação (proposta e habilitação).

17.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.compras.gov.br e www.cataguases.mg.gov.br

17.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Modelo de proposta de preços;

Anexo III – Minuta de Termo de Contrato/Ata de registro de preços

Anexo IV - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Anexo V- MODELO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP/EQUIPARADAS

Anexo VI - Cotação de preços/Mapa analítico

Anexo VII - Estudo técnico preliminar (ETP), mapa de risco e demandas

Anexo VIII - Decreto 5.811/2023 (IR)

Anexo IX - Ofício e termo de referência

Anexo X - Relação dos itens no ComprasGovernamentais

Anexo XI - Lei 4.853/2022

Anexo XII - Lei 4.971/2023



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

Anexo XIII - Parecer jurídico abertura

18. O FORO

20.1 O Foro competente para dirimir as controvérsias desse Edital é o da Comarca de Cataguases, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 12.153/2.009 ou do art. 59, da Lei Complementar Estadual nº 059/2001. Cataguases, 07 de maio de 2026.

José Henriques
Prefeito de Cataguases



ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

• ELABORADO PELA SECRETARIA DE FAZENDA DA PMC

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente documento tem por objetivo estabelecer as condições gerais que orientarão o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para confecção de carnês de IPTU, para atender as demandas do Departamento de Arrecadação da Prefeitura Municipal de Cataguases, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e com base nos parâmetros da Lei 14.133/2021.

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	15857	Confecção de Carnê de IPTU: Capa 4x0 cores Couché Fosco 115g, Miolo 10 folhas Offset 75g 1x0 cor, Grampeado, Dados Variáveis.	35.500	UN.	R\$ 1,3328	R\$ 47.314,40

1.2. O item se enquadra na classificação de bens comuns, segundo o art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação decorre da necessidade da Prefeitura Municipal de Cataguases, por meio da Coordenadoria do Departamento de Arrecadação, de promover a confecção dos carnês de lançamento e arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), relativos ao exercício financeiro de 2026.

2.2. A emissão e a disponibilização dos carnês de IPTU constituem etapa indispensável para a formalização da cobrança do crédito tributário municipal, possibilitando a adequada notificação dos contribuintes e a efetiva arrecadação de receitas próprias, em conformidade com a legislação tributária aplicável.

2.3. A disponibilização dos carnês em formato físico permanece necessária, tendo em vista a necessidade de assegurar a ampla ciência dos contribuintes quanto ao lançamento tributário, bem como atender parcela significativa da população que ainda depende do documento impresso para realização dos pagamentos, sem prejuízo das alternativas digitais eventualmente disponibilizadas pela Administração.

2.4. O serviço demandado possui natureza técnica específica, envolvendo a impressão de documentos com dados variáveis (tais como identificação do contribuinte, dados do imóvel e valores lançados), além de etapas de acabamento gráfico, como corte, montagem e grampeamento dos talões, devendo ainda observar prazos rigorosos compatíveis com o calendário fiscal do Município.

2.5. Considerando a inexistência de estrutura própria suficiente — tanto em termos de maquinário quanto de recursos humanos especializados — para a execução do objeto em escala e com o nível de qualidade exigido, a contratação de empresa especializada no ramo gráfico mostra-se necessária e adequada para atendimento da demanda administrativa.

2.6. A solução pretendida encontra respaldo no dever de planejamento previsto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à demonstração da necessidade da contratação e à identificação da alternativa mais adequada para o atendimento do interesse público, observados os princípios da eficiência e da economicidade.

2.7. A Administração Pública está em processo de adequação à nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021), que alterou significativamente o regime jurídico das contratações públicas, portando o Plano de Contratação Anual ainda está em fase de elaboração para posterior publicação.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. As especificações técnicas do objeto foram definidas com base nas necessidades operacionais da Administração Tributária, visando assegurar a adequada identificação dos contribuintes, a legibilidade das informações fiscais, a durabilidade do material e a confiabilidade do processo de arrecadação.

3.2. Os requisitos estabelecidos neste item possuem caráter mínimo obrigatório, não sendo admitido o fornecimento de carnês que apresentem qualidade inferior ou que não atendam integralmente às especificações definidas.

3.3. As características técnicas foram estruturadas de forma a garantir a adequada execução dos serviços de processamento de dados variáveis, impressão e acabamento gráfico, assegurando a padronização e a funcionalidade dos carnês.

3.4. A solução deverá ser compatível com os processos de tratamento de dados da Administração, devendo a contratada possuir capacidade técnica para realizar a mesclagem automatizada de dados variáveis a partir de arquivos fornecidos nos formatos TXT, PDF ou equivalentes.

3.5. Os carnês deverão ser confeccionados conforme as especificações abaixo:

I. Capa e Contracapa:

a) Formato final aproximado: 10 cm (largura) x 21 cm (altura);



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

- b) Impressão: 4x0 (quatro cores na face frontal, verso sem impressão);
- c) Papel: couchê fosco, gramatura mínima de 115 g/m², ou equivalente que assegure resistência e qualidade de impressão;
- d) Acabamento: corte reto, sem rebarbas ou imperfeições.

II. Miolo:

- a) Quantidade: 10 (dez) folhas por carnê;
- b) Formato aproximado: 10 cm (largura) x 21 cm (altura);
- c) Impressão: 1x0 (preto na face frontal, verso sem impressão);
- d) Papel: offset branco, gramatura mínima de 75 g/m², ou equivalente;
- e) Acabamento: corte reto, sem rebarbas.

III. Acabamento geral:

- a) Grampeamento: mínimo de 2 (dois) grampos metálicos, posicionados de forma a garantir a fixação adequada do conjunto;
- b) Refile: acabamento nas bordas, garantindo uniformidade dimensional do carnê;
- c) Montagem: capa e contracapa envolvendo o miolo, com correta ordenação das páginas.

IV. Processamento de dados variáveis e impressão:

- a) A contratada deverá realizar o processamento dos arquivos de dados fornecidos pela Administração, promovendo a correta mesclagem das informações variáveis, tais como identificação do contribuinte, endereço, inscrição imobiliária e valores lançados;
- b) A impressão deverá assegurar plena legibilidade de todos os campos, inclusive códigos de barras ou elementos de leitura óptica, quando aplicáveis;
- c) Não serão aceitos carnês com falhas de impressão, borrões, manchas, desalinhamentos, caracteres ilegíveis ou quaisquer inconsistências que comprometam a utilização do documento;
- d) A disposição das informações deverá observar rigorosamente o layout aprovado pela Administração, especialmente aquele validado por meio da amostra.

3.6. Poderão ser aceitas soluções equivalentes às especificações indicadas, desde que comprovadamente assegurem desempenho, qualidade e funcionalidade iguais ou superiores, sem prejuízo ao atendimento da necessidade administrativa, nos termos do art. 42 da Lei nº 14.133/2021.

3.7. A comprovação do atendimento às especificações técnicas dar-se-á, principalmente, por meio da apresentação de amostra física (prova de conceito), sem prejuízo da solicitação de documentação complementar, quando necessário.

3.8. A Administração poderá realizar diligências para verificação da conformidade das informações apresentadas, inclusive mediante solicitação de esclarecimentos, análise de documentos técnicos ou outros meios idôneos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, com capacidade técnica e operacional para executar, de forma integral, a confecção dos carnês de IPTU, compreendendo o processamento de dados variáveis, impressão em larga escala, acabamento gráfico e entrega final do material.

4.2. A execução do objeto terá início com o fornecimento, pela Administração, dos insumos necessários à produção, quais sejam:

- a) arquivo contendo a arte gráfica do carnê, em formato digital editável ou fechado (PDF, JPG ou equivalente);
- b) base de dados dos contribuintes, contendo as informações variáveis necessárias à individualização dos carnês, em formato estruturado (TXT, PDF variável ou outro compatível).

4.3. Compete à Contratada realizar o tratamento e processamento da base de dados fornecida, promovendo a correta mesclagem das informações variáveis com a arte gráfica, de modo a gerar arquivos individualizados para cada contribuinte, assegurando a integridade, consistência e legibilidade das informações.

4.4. Previamente à produção em escala, a Contratada deverá disponibilizar à Administração amostra física do carnê, representativa do produto final, para fins de validação quanto à diagramação, disposição das informações, qualidade de impressão e correção dos dados variáveis, sendo condição para o prosseguimento da execução a aprovação formal pela Administração.

4.5. Após a aprovação da amostra, a Contratada deverá proceder à impressão dos carnês em processo industrial compatível com o volume demandado, observando padrões adequados de qualidade, legibilidade e durabilidade.

4.6. A solução contempla, ainda, a realização de todas as etapas de acabamento gráfico necessárias, incluindo, no mínimo, o corte, alceamento, grampeamento e refile dos carnês, de forma a garantir a adequada apresentação e funcionalidade dos talões.

4.7. Os carnês deverão ser organizados, embalados e entregues no local indicado pela Administração, em condições que assegurem sua integridade física, observando-se os prazos estabelecidos no cronograma vinculado ao calendário tributário municipal.

4.8. A execução deverá observar, adicionalmente, requisitos relacionados à segurança da informação, especialmente no que se refere ao tratamento dos dados dos contribuintes, cabendo à Contratada adotar medidas que impeçam o acesso, uso ou divulgação indevida das informações, em conformidade com a legislação aplicável e com as diretrizes estabelecidas pela Administração.

4.9. A solução adotada permite a centralização da responsabilidade pela execução em um único fornecedor, favorecendo o controle contratual, a padronização do produto final e a mitigação de riscos operacionais, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A solução a ser contratada deverá contemplar a execução integral dos serviços necessários à confecção dos carnês de IPTU, compreendendo, no mínimo, o processamento de dados variáveis, a impressão em escala compatível com o volume demandado, o acabamento gráfico e a entrega final dos materiais.

5.2. A execução do objeto deverá assegurar a correta vinculação entre os dados variáveis fornecidos pela Administração e os respectivos carnês, garantindo a integridade, legibilidade e confiabilidade das informações impressas, considerando tratar-se de documentos utilizados para fins de arrecadação tributária.

5.3. A contratada deverá dispor de capacidade técnica e operacional compatível com o objeto, especialmente quanto ao processamento de dados variáveis em larga escala e à execução de serviços gráficos em padrão industrial, aptos a atender ao quantitativo estimado e aos prazos estabelecidos.

5.4. A solução deverá assegurar padrão mínimo de qualidade do produto final, incluindo:

- I. impressão nítida e legível, sem falhas, borrões ou inconsistências;



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

II. correta paginação e organização dos carnês;

III. acabamento adequado, com corte, alceamento e grampeamento que garantam a funcionalidade e durabilidade dos documentos.

5.5. A execução deverá observar prazos compatíveis com o calendário tributário municipal, constituindo requisito essencial da contratação, de modo a não comprometer o lançamento, a notificação dos contribuintes e a arrecadação das receitas.

5.6. A contratada deverá assegurar o sigilo e a proteção dos dados fornecidos pela Administração, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a prevenir acessos não autorizados, vazamentos ou utilização indevida das informações, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

5.7. A solução deverá contemplar a responsabilidade integral da contratada pela qualidade do produto final, incluindo eventuais correções necessárias decorrentes de falhas na execução dos serviços.

5.8. SUSTENTABILIDADE

5.9. Sempre que possível, deverão ser observadas práticas de sustentabilidade, especialmente quanto à utilização de insumos provenientes de fontes ambientalmente responsáveis e à adequada destinação de resíduos gerados no processo produtivo, nos termos da legislação vigente.

5.10. SUBCONTRATAÇÃO

5.11. Não será admitida a subcontratação do objeto principal, considerando a necessidade de controle direto sobre as etapas críticas da execução, em especial o processamento de dados variáveis.

5.12. GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.12.1. Não será exigida garantia de execução contratual.

5.13. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

5.13.1. Encerrada a fase de lances e aceita a proposta quanto ao valor, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar amostra de 01 (um) carnê completo, contendo capa, contracapa e o conjunto de folhas do miolo, com impressão de dados variáveis relativos a contribuinte fictício, a ser disponibilizado pela Administração exclusivamente para fins de teste.

5.13.2. A amostra deverá ser entregue na Coordenadoria do Departamento de Arrecadação da Prefeitura Municipal de Cataguases, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal, sendo de responsabilidade exclusiva do licitante o envio e eventual atraso na entrega.

5.13.3. Poderá ser admitida prorrogação do prazo por igual período, desde que previamente solicitada e devidamente justificada pelo licitante antes do término do prazo originalmente estabelecido, a critério da Administração.

5.13.4. A não apresentação da amostra, a apresentação fora do prazo ou em desconformidade com as especificações previstas neste Termo de Referência ensejará a recusa da proposta, com a convocação do licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

5.13.5. A amostra será avaliada pela equipe técnica da Administração com base nos seguintes critérios mínimos de aceitabilidade:

I. fidelidade na impressão e correta vinculação dos dados variáveis;

II. qualidade da impressão, sem borrões, falhas, manchas ou transparências;

III. conformidade do papel quanto ao tipo e gramatura (capa em papel couchê 115g e miolo em papel offset 75g, ou equivalentes que atendam ao padrão de qualidade exigido);

IV. qualidade do acabamento gráfico, incluindo grampeamento, refile e dimensões aproximadas de 10 x 21 cm.

5.13.6. O resultado da avaliação será devidamente registrado e divulgado no sistema utilizado para a condução do certame.

5.13.7. Caso a amostra do licitante classificado em primeiro lugar seja reprovada, será convocado o licitante subsequente, observada a ordem de classificação, repetindo-se o procedimento até a obtenção de proposta que atenda integralmente às exigências.

5.13.8. As amostras apresentadas serão consideradas protótipos, podendo ser manuseadas e submetidas a testes pela equipe técnica, não gerando direito a qualquer ressarcimento aos licitantes.

5.13.9. Após a homologação do certame, as amostras poderão ser retiradas pelos licitantes no prazo de até 5 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto compreenderá a prestação integral dos serviços de processamento de dados variáveis, impressão, acabamento gráfico e entrega dos carnês de IPTU, em conformidade com as especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.2. A execução terá início mediante o fornecimento, pela Administração, da arte gráfica aprovada e da base de dados definitiva dos contribuintes, em formato compatível, acompanhados da autorização formal para início dos serviços.

6.3. A Contratada deverá realizar o processamento dos dados e apresentar amostra física (prova de conceito) para validação da Administração, sendo vedado o início da produção em escala sem a devida aprovação formal.

6.4. Após a aprovação da amostra, a Contratada deverá concluir a produção e entrega integral do objeto no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da autorização formal, podendo haver prorrogação, de forma excepcional e devidamente justificada, desde que não comprometa o calendário tributário municipal.

6.5. A execução deverá observar rigorosamente o layout aprovado, assegurando a correta vinculação dos dados variáveis, a legibilidade das informações e a qualidade do acabamento gráfico.

6.6. Os carnês deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagens adequadas, que garantam sua integridade física durante o transporte e armazenamento, sendo de responsabilidade da Contratada todos os custos logísticos envolvidos.

6.7. Os carnês poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações estabelecidas, hipótese em que a Contratada deverá promover sua substituição sem ônus para a Administração.

6.8. A Contratada será responsável pela qualidade do objeto entregue, inclusive quanto a defeitos decorrentes de falhas no processamento de dados, impressão ou acabamento, devendo realizar as correções necessárias durante a execução contratual.

6.9. A execução deverá observar, ainda, as obrigações relacionadas à segurança da informação, cabendo à Contratada assegurar o tratamento adequado e sigiloso dos dados dos contribuintes, nos termos da legislação aplicável.

6.10. O pagamento ficará condicionado ao recebimento definitivo do objeto, atestado pelo fiscal do contrato, mediante verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais.



7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1.1. Executar o objeto em conformidade com todas as especificações técnicas, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato.

7.1.2. Realizar o processamento adequado dos dados variáveis fornecidos pela Administração, assegurando a correta vinculação entre os dados dos contribuintes e os respectivos carnês, sem inconsistências ou erros.

7.1.3. Apresentar amostra física (prova de conceito) para validação da Administração, não iniciando a produção em escala sem a devida aprovação formal.

7.1.4. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos, especialmente aqueles vinculados ao calendário tributário municipal, respondendo por eventuais prejuízos decorrentes de atrasos injustificados.

7.1.5. Garantir a qualidade do produto final, responsabilizando-se por falhas de impressão, acabamento ou inconsistência de dados, devendo reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os carnês que apresentarem defeitos ou não conformidade, no prazo estabelecido pela Administração.

7.1.6. Realizar a entrega do objeto devidamente acondicionado, acompanhado da respectiva nota fiscal e demais documentos exigidos, responsabilizando-se integralmente pelo transporte, carga e descarga.

7.1.7. Submeter-se à fiscalização da Contratante, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados, bem como permitindo o acesso às informações necessárias ao acompanhamento da execução.

7.1.8. Comunicar imediatamente à Administração qualquer ocorrência anormal que possa comprometer a execução do objeto ou o cumprimento dos prazos estabelecidos.

7.1.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

7.1.10. Assumir integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, nos termos da legislação vigente.

7.1.11. Não subcontratar o objeto principal da contratação, salvo autorização expressa da Administração nos limites legais, quando aplicável.

7.1.12. Garantir o sigilo e a proteção dos dados pessoais fornecidos pela Administração, devendo:

I. assinar Termo de Confidencialidade previamente ao início da execução;

II. não utilizar, reproduzir ou divulgar os dados para finalidade diversa da execução contratual;

III. adotar medidas técnicas e administrativas de segurança da informação, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD);

IV. comunicar imediatamente à Administração qualquer incidente de segurança envolvendo os dados.

7.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.2.1. Fornecer à Contratada, em tempo hábil, a arte gráfica e a base de dados necessárias à execução do objeto, em formato compatível com os sistemas de processamento.

7.2.2. Assegurar a integridade, consistência e adequação das informações fornecidas, responsabilizando-se por eventuais inconsistências na base de dados.

7.2.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por meio de gestor e fiscal designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.4. Analisar e aprovar, tempestivamente, a amostra apresentada pela Contratada, viabilizando o regular andamento da execução.

7.2.5. Receber o objeto provisória e definitivamente, conforme previsto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, verificando sua conformidade com as especificações estabelecidas.

7.2.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os carnês que estejam em desacordo com as especificações técnicas ou apresentem defeitos, determinando sua substituição.

7.2.7. Notificar formalmente a Contratada acerca de quaisquer irregularidades verificadas na execução do contrato, estabelecendo prazo para sua correção.

7.2.8. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto, quando solicitados pela Contratada.

7.2.9. Efetuar o pagamento devido no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo e do atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato, desde que cumpridas todas as obrigações contratuais.

7.3. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.3.1. A gestão e a fiscalização da contratação observarão as disposições da Lei nº 14.133/2021, devendo ser formalmente designado gestor e fiscal(is) para acompanhamento da execução, com atribuições definidas em ato próprio.

7.3.2. A Secretaria Requisitante, por meio do Setor de Arrecadação, designará o fiscal do contrato por meio de Portaria, no prazo de 24 horas após a homologação do certame.

7.3.3. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Administração, competindo-lhes:

I. Acompanhar a entrega dos bens;

II. Verificar a conformidade com as especificações técnicas;

III. Registrar ocorrências e eventuais falhas;

IV. Atestar notas fiscais após o recebimento provisório;

V. Adotar providências para correção de irregularidades;

VI. Propor aplicação de penalidades quando cabíveis.

7.3.4. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros.

7.3.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato ou pelos respectivos substitutos que vierem a ser nomeados pela Administração, a saber:

a) Felipe Dutra - Secretaria de Fazenda.

7.3.6. A fiscalização ou acompanhamento do contrato pela Administração não excluiu ou reduz a responsabilidade do contratado.

7.3.7. Compete ao Gestor do Contrato exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação,



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

7.3.8. Compete ao Fiscal do Contrato exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato etc.

7.3.9. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.3.10. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1.1. O recebimento dos bens ocorrerá em duas etapas:

I. **recebimento provisório**, no ato da entrega, para verificação quantitativa e inspeção preliminar;

II. **recebimento definitivo**, após a verificação da conformidade do objeto com as especificações técnicas, qualidade da impressão, acabamento e correta vinculação dos dados variáveis. especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e da proposta vencedora.

8.1.2. Os itens serão avaliados quanto à:

- a) Conformidade com as especificações técnicas;
- b) Integridade física;
- c) Compatibilidade com o objeto contratado.

8.1.3. Caso seja constatada desconformidade, o recebimento definitivo ficará suspenso até a regularização.

8.1.4. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios ocultos ou defeitos constatados posteriormente.

8.2. REJEIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO

8.2.1. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando:

- a) Estiverem em desacordo com as especificações técnicas;
- b) Apresentarem defeitos de fabricação;
- c) Forem entregues com avarias;
- d) Divergirem da proposta apresentada.

8.2.2. A contratada deverá promover a substituição do item rejeitado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

8.2.3. A substituição não afasta a aplicação de sanções administrativas previstas no edital e no contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.3. DOCUMENTAÇÃO FISCAL E RASTREABILIDADE

8.3.1. A contratada deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica correspondente a cada fornecimento realizado, contendo:

- a) Descrição detalhada dos itens;
- b) Quantitativos;
- c) Número da Solicitação de Fornecimento;
- d) Dados bancários para pagamento.

8.3.2. A nota fiscal somente será atestada após o recebimento provisório dos bens.

8.3.3. A contratada deverá assegurar a rastreabilidade dos produtos fornecidos.

8.4. LIQUIDAÇÃO

8.4.1. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal, será imediatamente solicitada à empresa adjudicatária carta de correção quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada no prazo de 02 (dois) dias úteis;

8.4.2. Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data de sua apresentação.

8.5. PAGAMENTO

8.5.1. O pagamento do objeto deste Termo será efetuado em moeda corrente, através de ordem bancária, sem juros e atualização monetária, até 30 (trinta) dias após a apresentação de Nota Fiscal.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de processo licitatório na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, com base nos parâmetros da Lei Federal 14.133/2021.

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá demonstrar aptidão para a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. A comprovação da aptidão será realizada mediante a apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução satisfatória de serviços gráficos com processamento de dados variáveis, compatíveis em características, complexidade e volume com o objeto da presente contratação.

10.3. Para fins de compatibilidade, considera-se pertinente a comprovação de execução de serviços que envolvam a produção de documentos personalizados com dados variáveis em quantidade igual ou superior a 20.000 (vinte mil) unidades, admitida a soma de atestados para atingimento desse quantitativo, desde que comprovada a execução de forma satisfatória.

10.4. Os atestados apresentados deverão conter, no mínimo:

- I. identificação da entidade emissora;
- II. descrição do objeto executado, com indicação de que envolveu processamento de dados variáveis;



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

III. quantitativo executado;

IV. período de execução;

V. declaração de que os serviços foram prestados de forma satisfatória.

10.5. A Administração poderá realizar diligências para verificar a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados, podendo solicitar documentos complementares ou esclarecimentos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.6. Não serão exigidos requisitos técnicos que restrinjam indevidamente a competitividade, devendo a exigência de qualificação técnica limitar-se ao necessário para assegurar a execução do objeto com qualidade e segurança, em observância aos princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa.

10.7. A exigência estabelecida neste item justifica-se em razão da complexidade do objeto, que envolve processamento de dados variáveis em larga escala, sendo essencial a comprovação de experiência prévia da licitante para mitigação de riscos operacionais, especialmente quanto à integridade das informações e ao cumprimento dos prazos contratuais.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos necessários para habilitação da CONTRATADA se encontrarão descritos em tópico específico contido no edital

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. Estima-se para a contratação almejada o valor total de **R\$ 47.314,40 (quarenta e sete mil, trezentos e quatorze reais e quarenta centavos)**, conforme a pesquisa realizada na plataforma Banco de Preços (<https://www.bancodeprecos.com.br/>).

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	15857	Confecção de Carnê de IPTU: Capa 4x0 cores Couché Fosco 115g, Miolo 10 folhas Offset 75g 1x0 cor, Grampeado, Dados Variáveis.	35.500	UN.	R\$ 1,3328	R\$ 47.314,40

12.2. No preço proposto já deverão estar inclusos todos os custos necessários para o cumprimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

13. DA VIGÊNCIA

13.1. Vigência de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.

14. SANÇÕES

14.1. Havendo descumprimento parcial ou total das disposições contratuais, caberá abertura de processo administrativo de responsabilização, com fulcro nos arts. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor.

A contratação será atendida pelos seguintes centros de custos:

SETOR/SECRETARIA	CENTRO DE CUSTO
Fazenda	04 - Secretaria de Fazenda Ficha 181 Recurso 1.500

16. DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC

16.1. O objeto da contratação não faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal.

Moisés André Souza Amorim
Elaboração do TR

Felipe Dutra Ladeira
Fiscal de Ata/Contrato
Pesquisa de Preços

Tiago Rodrigues de Souza Reis
Secretário de Fazenda



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

Tipo de Licitação: MENOR PREÇO por item

Data: 28 de maio de 2026

Horário: 9 (nove) horas

Local: www.comprasnet.com.br

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

EMAIL:

DADOS BANCÁRIOS:

Item	Descrição	Und	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	Confecção de Carnê de IPTU: Capa 4x0 cores Couché Fosco 115g, Miolo 10 folhas Offset 75g 1x0 cor, Grampeado, Dados Variáveis.	UN.	35.500		
				TOTAL	

Declaramos para os devidos fins e sob as penas da lei que:

1- Estão incluídas, nos preços cotados, todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o cumprimento do objeto deste Pregão.

2- Será cumprido o fornecimento de acordo com a especificação da proposta e com o edital, a partir da assinatura do contrato.

3- Esta proposta tem validade de _____ dias. (mínimo de 60 dias)

_____, ____ de _____ de 2026
(Cidade e data)

(representante legal)



ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATAGUASES, POR MEIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES E _____, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFEÇÃO DE CARNÊS DE IPTU, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES-MG.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE CATAGUASES**, Estado de Minas Gerais, com sede à Praça Santa Rita, 462 – Centro, Cataguases (MG), CNPJ/MF 17.702.499/0001-81, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE**, representada neste ato pelo Exmo. Sr. Prefeito, José Henriques, e de outro lado _____, com endereço na _____, representado neste ato por _____, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 057/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Municipal nº 4.946 de 2023, Decreto Municipal nº 5.805 de 2023, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste presente Edital, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico 024/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para confecção de carnês de IPTU, para atender as demandas do Departamento de Arrecadação da Prefeitura Municipal de Cataguases-MG.

CLÁUSULA SEGUNDA: VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir de e finalizado em

2.2 O contrato pode ser prorrogado de acordo com o art. 107 da Lei 14.133/2021 desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1.A execução do objeto compreenderá a prestação integral dos serviços de processamento de dados variáveis, impressão, acabamento gráfico e entrega dos carnês de IPTU, em conformidade com as especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

3.2. A execução terá início mediante o fornecimento, pela Administração, da arte gráfica aprovada e da base de dados definitiva dos contribuintes, em formato compatível, acompanhados da autorização formal para início dos serviços.

3.3. A Contratada deverá realizar o processamento dos dados e apresentar amostra física (prova de conceito) para validação da Administração, sendo vedado o início da produção em escala sem a devida aprovação formal.

3.4. Após a aprovação da amostra, a Contratada deverá concluir a produção e entrega integral do objeto no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da autorização formal, podendo haver prorrogação, de forma excepcional e devidamente justificada, desde que não comprometa o calendário tributário municipal.

3.5. A execução deverá observar rigorosamente o layout aprovado, assegurando a correta vinculação dos dados variáveis, a legibilidade das informações e a qualidade do acabamento gráfico.

3.6. Os carnês deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagens adequadas, que garantam sua integridade física durante o transporte e armazenamento, sendo de responsabilidade da Contratada todos os custos logísticos envolvidos.

3.7. Os carnês poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações estabelecidas, hipótese em que a Contratada deverá promover sua substituição sem ônus para a Administração.

3.8. A Contratada será responsável pela qualidade do objeto entregue, inclusive quanto a defeitos decorrentes de falhas no processamento de dados, impressão ou acabamento, devendo realizar as correções necessárias durante a execução contratual.

3.9. A execução deverá observar, ainda, as obrigações relacionadas à segurança da informação, cabendo à Contratada assegurar o tratamento adequado e sigiloso dos dados dos contribuintes, nos termos da legislação aplicável.

3.10. O pagamento ficará condicionado ao recebimento definitivo do objeto, atestado pelo fiscal do contrato, mediante verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais.

3.11 Os carnês deverão ser confeccionados conforme as especificações abaixo:

I. Capa e Contracapa:

- a) Formato final aproximado: 10 cm (largura) x 21 cm (altura);
- b) Impressão: 4x0 (quatro cores na face frontal, verso sem impressão);
- c) Papel: couchê fosco, gramatura mínima de 115 g/m², ou equivalente que assegure resistência e qualidade de impressão;
- d) Acabamento: corte reto, sem rebarbas ou imperfeições.

II. Miolo:

- a) Quantidade: 10 (dez) folhas por carnê;
- b) Formato aproximado: 10 cm (largura) x 21 cm (altura);
- c) Impressão: 1x0 (preto na face frontal, verso sem impressão);
- d) Papel: offset branco, gramatura mínima de 75 g/m², ou equivalente;
- e) Acabamento: corte reto, sem rebarbas.

III. Acabamento geral:

- a) Grampeamento: mínimo de 2 (dois) grampos metálicos, posicionados de forma a garantir a fixação adequada do conjunto;
- b) Refile: acabamento nas bordas, garantindo uniformidade dimensional do carnê;
- c) Montagem: capa e contracapa envolvendo o miolo, com correta ordenação das páginas.

IV. Processamento de dados variáveis e impressão:



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

- a) A contratada deverá realizar o processamento dos arquivos de dados fornecidos pela Administração, promovendo a correta mesclagem das informações variáveis, tais como identificação do contribuinte, endereço, inscrição imobiliária e valores lançados;
- b) A impressão deverá assegurar plena legibilidade de todos os campos, inclusive códigos de barras ou elementos de leitura óptica, quando aplicáveis;
- c) Não serão aceitos carnês com falhas de impressão, borrões, manchas, desalinhamentos, caracteres ilegíveis ou quaisquer inconsistências que comprometam a utilização do documento;
- d) A disposição das informações deverá observar rigorosamente o layout aprovado pela Administração, especialmente aquele validado por meio da amostra.
- 3.12 A execução do objeto terá início com o fornecimento, pela Administração, dos insumos necessários à produção, quais sejam:
- e) arquivo contendo a arte gráfica do carnê, em formato digital editável ou fechado (PDF, JPG ou equivalente);
- f) base de dados dos contribuintes, contendo as informações variáveis necessárias à individualização dos carnês, em formato estruturado (TXT, PDF variável ou outro compatível).
- 3.13 Compete à Contratada realizar o tratamento e processamento da base de dados fornecida, promovendo a correta mesclagem das informações variáveis com a arte gráfica, de modo a gerar arquivos individualizados para cada contribuinte, assegurando a integridade, consistência e legibilidade das informações.
- 3.14 Previamente à produção em escala, a Contratada deverá disponibilizar à Administração amostra física do carnê, representativa do produto final, para fins de validação quanto à diagramação, disposição das informações, qualidade de impressão e correção dos dados variáveis, sendo condição para o prosseguimento da execução a aprovação formal pela Administração.
- 3.15 Após a aprovação da amostra, a Contratada deverá proceder à impressão dos carnês em processo industrial compatível com o volume demandado, observando padrões adequados de qualidade, legibilidade e durabilidade.
- 3.16 A solução contempla, ainda, a realização de todas as etapas de acabamento gráfico necessárias, incluindo, no mínimo, o corte, alceamento, grameamento e refilê dos carnês, de forma a garantir a adequada apresentação e funcionalidade dos talões.
- 3.17 Os carnês deverão ser organizados, embalados e entregues no local indicado pela Administração, em condições que assegurem sua integridade física, observando-se os prazos estabelecidos no cronograma vinculado ao calendário tributário municipal.
- 3.18 A execução deverá observar, adicionalmente, requisitos relacionados à segurança da informação, especialmente no que se refere ao tratamento dos dados dos contribuintes, cabendo à Contratada adotar medidas que impeçam o acesso, uso ou divulgação indevida das informações, em conformidade com a legislação aplicável e com as diretrizes estabelecidas pela Administração.
- 3.19 A solução adotada permite a centralização da responsabilidade pela execução em um único fornecedor, favorecendo o controle contratual, a padronização do produto final e a mitigação de riscos operacionais, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto principal, considerando a necessidade de controle direto sobre as etapas críticas da execução, em especial o processamento de dados variáveis.

CLÁUSULA QUINTA - VALOR

5.1 O valor da contratação é de R\$ (.....), a saber:

Item	Descrição	Und	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	Confecção de Carnê de IPTU: Capa 4x0 cores Couché Fosco 115g, Miolo 10 folhas Offset 75g 1x0 cor, Grampeado, Dados Variáveis.	UN.	35.500		
				TOTAL	

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, a saber:

6.1.1 O pagamento decorrente da concretização desta licitação será efetuado pelo Setor Financeiro da Prefeitura Municipal de Cataguases, por processo legal, no prazo de **30 (trinta) dias** após a apresentação da Nota Fiscal e prestação de serviços que será autorizada pela Secretaria responsável e apresentação das certidões conforme item 6.1.5.

6.1.2 Será feita uma verificação dos resultados de análise objeto da contratação recebida, se em conformidade com as especificações solicitadas.

6.1.3 Averiguada qualquer anormalidade, será emitido um termo de não recebimento, devendo nesta hipótese a contratada tomar as devidas providências necessárias visando à adequação de rigor, sem quaisquer ônus a Administração contratante ficando o recebimento definitivo e respectivo pagamento condicionado a efetiva adequação pertinente.

6.1.4 O recebimento definitivo não isenta a contratada da substituição necessária decorrente de impropriedade de materiais somente averiguada quando da efetiva utilização dos mesmos. Nesta hipótese, como de rigor, a contratada realizar as adequações que se fizerem necessária, sem ônus à Administração contratante.

6.1.5 Deverão ser enviadas juntamente com as Notas Fiscais as Certidões de Regularidade Fiscal e trabalhista.

6.1.5.1 A responsabilidade para verificação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista cabe ao fiscal do contrato. A assinatura no verso da nota atesta a regularidade e obrigações cumpridas pela empresa.

6.1.5.2 A documentação exigida no subitem 6.1.5 poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, desde que as certidões estejam vigentes.

6.1.5.3 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

6.1.6 Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à empresa adjudicatária carta de correção quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada no prazo de 2 (dois) dias úteis.

6.1.7 Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

6.1.8 Atender as exigências conforme Decreto 5.811/2023 e tributação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do início do presente contrato sendo _____

7.2 Em havendo interesse da Contratante em optar pela prorrogação do contrato, os preços serão reajustados pelo índice IPCA, ou outro índice que o Governo Federal ou a Administração Municipal venha a adotar para os Contratos da espécie. Se o mês da assinatura do aditamento contratual não houver sido publicado o índice referido e sua variação, será usado a variação dos imediatamente 90 (noventa) dias anteriores.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. Fornecer à Contratada, em tempo hábil, a arte gráfica e a base de dados necessárias à execução do objeto, em formato compatível com os sistemas de processamento.

8.2. Assegurar a integridade, consistência e adequação das informações fornecidas, responsabilizando-se por eventuais inconsistências na base de dados.

8.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por meio de gestor e fiscal designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

8.4. Analisar e aprovar, tempestivamente, a amostra apresentada pela Contratada, viabilizando o regular andamento da execução.

8.5. Receber o objeto provisória e definitivamente, conforme previsto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, verificando sua conformidade com as especificações estabelecidas.

8.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os carnês que estejam em desacordo com as especificações técnicas ou apresentem defeitos, determinando sua substituição.

8.7. Notificar formalmente a Contratada acerca de quaisquer irregularidades verificadas na execução do contrato, estabelecendo prazo para sua correção.

8.8. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto, quando solicitados pela Contratada.

8.9. Efetuar o pagamento devido no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo e do atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato, desde que cumpridas todas as obrigações contratuais.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. Executar o objeto em conformidade com todas as especificações técnicas, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato.

9.2. Realizar o processamento adequado dos dados variáveis fornecidos pela Administração, assegurando a correta vinculação entre os dados dos contribuintes e os respectivos carnês, sem inconsistências ou erros.

9.3. Apresentar amostra física (prova de conceito) para validação da Administração, não iniciando a produção em escala sem a devida aprovação formal.

9.4. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos, especialmente aqueles vinculados ao calendário tributário municipal, respondendo por eventuais prejuízos decorrentes de atrasos injustificados.

9.5. Garantir a qualidade do produto final, responsabilizando-se por falhas de impressão, acabamento ou inconsistência de dados, devendo reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os carnês que apresentarem defeitos ou não conformidade, no prazo estabelecido pela Administração.

9.6. Realizar a entrega do objeto devidamente acondicionado, acompanhado da respectiva nota fiscal e demais documentos exigidos, responsabilizando-se integralmente pelo transporte, carga e descarga.

9.7. Submeter-se à fiscalização da Contratante, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados, bem como permitindo o acesso às informações necessárias ao acompanhamento da execução.

9.8. Comunicar imediatamente à Administração qualquer ocorrência anormal que possa comprometer a execução do objeto ou o cumprimento dos prazos estabelecidos.

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

9.10. Assumir integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, nos termos da legislação vigente.

9.11. Não subcontratar o objeto principal da contratação, salvo autorização expressa da Administração nos limites legais, quando aplicável.

9.12. Garantir o sigilo e a proteção dos dados pessoais fornecidos pela Administração, devendo:

I. assinar Termo de Confidencialidade previamente ao início da execução;

II. não utilizar, reproduzir ou divulgar os dados para finalidade diversa da execução contratual;

III. adotar medidas técnicas e administrativas de segurança da informação, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD);

IV. comunicar imediatamente à Administração qualquer incidente de segurança envolvendo os dados.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa. 10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) de mais multas que poderão ser apuradas de acordo com a Lei 14.133/2021 em um eventual Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), quando necessário.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo determinado pela Comissão Processante, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.7 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

13.10 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.11 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Secretaria de Fazenda - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Fazenda - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - ficha 181 - Recurso 1.500

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite previsto por lei.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês ([art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: GESTOR DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

17.1 O contrato, ou instrumento equivalente oriundo desta contratação, terá com fiscal: Felipe Dutra Ladeira - Secretaria de Fazenda.

17.2 Fica sobre a responsabilidade o Secretário de Fazenda a gestão do contrato que vai direcionar e acompanhar todo procedimento da empresa contratada juntamente com a fiscal do contrato.

17.3 Na ausência dos servidores que ocupam os cargos acima, os responsáveis tanto pela gestão quanto pela fiscalização serão os servidores que estiverem atuando em substituição aos referidos cargos.

17.4 Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

17.5 Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e

procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato etc.

17.6 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.7 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

17.8 A responsabilidade para verificação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista cabe ao fiscal do contrato e/ou gestor do contrato. As assinaturas no verso da nota atestam a regularidade e obrigações cumpridas pela empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO ([art. 92, §1º](#))

19.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Cataguases (MG) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#). Cataguases, ____ de ____ de 2026.

Pregoeiro

Prefeito de Cataguases

Procurador Geral do Município

Testemunhas: _____



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO IV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____ representado por _____, DECLARA, sob as penas da Lei:

a) para todos os efeitos legais que atende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no processo licitatório, sob pena das sanções cabíveis; (inciso I do art. 63 da Lei 14.133/21).

b) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; (inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/21).

c) que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas; (inciso IV § 1º do art. 63 da Lei 14.133/21).

d) que não possui em seu quadro de pessoal ou societário servidor do Poder Executivo Municipal nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

e) que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Chefe do Poder Executivo Municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

f) que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

g) que não está impedida de contratar com a Administração Pública, Direta e Indireta, assim como não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera; e não existe fato impeditivo à nossa habilitação e contratação.

h) para fins do disposto no inciso VI do art 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, em cumprimento o art. 7º, inciso XXXIII da CF/88, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Data: _____ de 2026.

Ass. Responsável



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO V

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE,
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA, AGRICULTOR FAMILIAR
OU SOCIEDADE COOPERATIVA.**

OBSERVAÇÕES: Este modelo deverá ser copiado na forma e na íntegra

À

Prefeitura do Município de Cataguases

....., inscrito no CNPJ nº, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da
Carteira de Identidade nº e do CPF nºDECLARA, para fins do
disposto no § 2º do Decreto nº 10.273 de 13 de março de 2020, de que cumpre os requisitos legais para a
qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural
pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa, o que o tornará apto a usufruir do tratamento
favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006

.....
(data)

.....
(assinatura do representante legal)